

SOCIEDADE E FORMAÇÃO HUMANA: A PARTIR DO ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE PÚBLICA DE PARNAÍBA – PI.

Bruna Hevelyn Pereira Borges de Oliveira¹

Jeane Karine Silva Moura²

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em uma escola pública da rede municipal de Parnaíba - PI. O presente artigo tem por finalidade de discutir as relações do ensino de História e analisar as práticas pedagógicas do professor de história desenvolvidas no âmbito da sala de aula e contribuir para o enriquecimento das discussões teóricas metodológicas e historiográficas. A quem acredite que é uma disciplina desvalorizada nas escolas, porém, temos certeza da sua extrema importância, quando devidamente trabalhada pode contribuir para a formação e compreensão dos seres humanos. Através deste texto, criticamos o uso do ensino desvinculado do cotidiano do estudante, buscamos salientar a importância dessa área do conhecimento e levantar algumas reflexões sobre os possíveis caminhos por um ensino mais "humano". O mesmo sugere possibilidades metodológicas crítico reflexivas de forma contextualizada e multidisciplinar para construção do conhecimento histórico, para uma reflexão sobre a construção de uma sociedade justa.

Palavras-Chave: História. Práticas Pedagógicas. Críticidade. Contextualizada.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo objetivou analisar a práxis pedagógica desenvolvida no âmbito da sala de aula, de maneira que possamos refletir acerca do processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História no sentido da emancipação humana. Diante de várias transformações resultantes de um processo histórico-social, que foi fator determinante de sociedade com claras evidências de desigualdades sociais, procuramos neste momento realizar um estudo sobre os procedimentos metodológicos utilizados no Ensino de História que contribuam para um trabalho docente coadunado com a transformação social.

Partimos agora de uma ideia principal, que é a importância de uma reflexão sobre a ação docente, ou seja, uma prática reflexiva consciente, que seja capaz de formar indivíduos críticos, criativos e transformadores, que entenda o mundo atual como resultado de um processo histórico de exploração do homem pelo homem.

¹ Autora, Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus de Parnaíba, cursando o 8º período do curso.

² Coautora, Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus de Parnaíba, cursando o 8º período do curso.

Mobilizadas como futuras profissionais propomos uma análise acerca dos métodos de ensino desenvolvidos no espaço da sala de aula, em uma escola da rede pública de Parnaíba Piauí, cujo principal objetivo é identificar que tipo de alunos está se formando para atuar na sociedade atual e no mundo do trabalho permeado pelo desemprego.

Diante do exposto, tomamos como objeto de reflexão o educador e sua práxis necessária à formação humana, contribuindo de forma significativa à reflexão sobre a construção de uma sociedade justa, em que as futuras gerações possam exercer sua historicidade e capacidade.

O texto foi desenvolvido a partir de um processo de pesquisa de cunho qualitativo, realização de entrevistas semi-estruturadas, que obedece a um trajeto que é adequado fisicamente e usado pelo pesquisador, aplicamos questionários, realizamos observações não participantes, com base em um roteiro fundamentado nos PCN's. Podemos afirmar que esse processo aconteceu de maneira empírica, com base na ótica do objeto de investigação, com uma análise a partir de uma perspectiva dialética. De acordo com Minayo (2006, p.267):

(...) O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, representações e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sentem e pensam.

Diante do objeto de investigação deste estudo, objetivamos investigar e compreender como acontece a construção do conhecimento no Ensino de História, como também analisar de forma crítica e reflexiva a práxis docente desenvolvida, os métodos e procedimentos que são utilizados, que contribuam para uma formação humana emancipadora, em que o indivíduo deve ser visto como sujeito ativo em uma sociedade antagônica. E ainda, avaliar os objetivos deste ensino, com relação a uma formação humana consciente com base em finalidades sócio-políticas e pedagógicas.

Segundo Pulaski: “O objetivo principal da educação é criar homens capazes de realizar coisas novas, e não simplesmente repetir o que fizeram as gerações anteriores – homens que sejam criativos, inventivos e descobridores.” (1983, p.5).

Isto, posto algumas reflexões nortearam nossas análises: que métodos e procedimentos são capazes de desenvolver pensamento autônomo e crítico dos alunos? Os conteúdos e recursos são organizados de acordo com os objetivos de aprendizagem e o perfil do aluno? Como é acompanhado e avaliado a compreensão dos conteúdos? Quais são as

estratégias utilizadas no Ensino de História, que proporcionam uma formação capaz de capacitar sujeitos aptos a atuar na sociedade atual de forma consciente e transformadora?

Com isso podemos afirmar que as instituições de ensino devem entender e compreender, que a função da escola e do trabalho docente é garantir uma formação humana, em que o sujeito seja capaz de participar de maneira ativa em seu contexto social. Segundo Libâneo: “A preparação das crianças e jovens para a participação ativa na vida social é o objetivo mais imediato da escola pública. Esse objetivo é atingido pela instrução e ensino, tarefas que caracterizam o trabalho do professor” (1994, p.33).

Para refletirmos teoricamente acerca das questões abordadas neste estudo, tivemos como base os seguintes autores: CABRINI (2004), DEMO (1999), FREIRE (2000), FURTADO (2001), GADOTTI (2003), LIBÂNEO (1994); (1985), MINAYO (2006), PERRENOUD (1999), BRASIL (1997), PULASKI (1983), RONCA; TERZI (2004). Esses referenciais teóricos são indispensáveis, pois oferecem subsídios necessários para uma análise, compreensão e reflexão crítica a respeito da problemática abordada no decorrer do estudo, de forma que possamos almejar os objetivos esperados.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

A História enquanto disciplina escolar não teve uma trajetória simples e pacífica. Ela foi institucionalizada no mesmo ano da Geografia em 1837, no Colégio Pedro II, sendo que nesse mesmo ano foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A escola visava formar os filhos da classe nobre brasileira e prepará-los para o poder, tinha por finalidade construir a genealogia nacional, no sentido de fornecer uma ideologia a nação brasileira.

Junqueira (2007, p.152), diz que a História estava vinculada a narrativa dos heróis para reforçar a identidade nacional das gerações vindouras e forjar um cidadão conforme os preceitos do Estado. Esse modelo tradicional de História que propunha formar o cidadão dando-lhe a consciência de pertencer a uma nação se impôs até a década de 1980. A partir desse período conforme Manoel (2002, p.3.), passou-se a questionar o sentido da palavra consciência e acabou por tomar o rumo do caminho político o significado do ensino de História numa sociedade que estava lutando para se redemocratizar.

As transformações ocorridas no ensino de História andaram em consonância com as repressões que a Educação sofreu principalmente no período militar. O ensino de História foi assim como a Geografia, também esvaziado dos conteúdos críticos, sendo

exclusivamente um instrumento utilizado pelo governo para a propagação de uma ideologia. Neste contexto, surge a disciplina de Estudos Sociais que tinham como proposta atender aos problemas da chamada sociedade moderna.

A História era como um apêndice da Geografia e da Educação Moral e Cívica, que forneciam informações sobre administração institucional, os símbolos pátrios, os grandes líderes e acontecimentos nacionais importantes. Ao longo dos anos 80, ocorreram mudanças significativas no ensino de História, fazendo com que sua configuração assumida (estudos sociais) fosse paulatinamente transformada. A partir dos anos 90, Fonseca (2003, p.26) postula que no contexto neoliberal-conservador, as disputas em torno de uma nova política educacional e da nova Lei de Diretrizes e Bases foram paulatinamente alterando as configurações do Ensino de História.

A disciplina de Estudos Sociais foi retirada da grade das quatro primeiras séries iniciais e em seu lugar retornaram as disciplinas de História e Geografia como disciplinas autônomas. Fonseca (2003, p.26) aponta que o ensino de História assumiu novas feições:

O conteúdo da História ensinado assumiu diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, visando revalorizá-la como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento dos cidadãos.

A década de 1990 é compreendida como um marco histórico, pois foram extintas as disciplinas de EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EPB (Estudo dos Problemas Brasileiros) e os cursos de curta licenciatura também foram progressivamente extintos. O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou a implementação da política educacional. Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o governo assumiu uma série de medidas que acarretaram profundas mudanças na História tanto da educação brasileira como das disciplinas como um todo. Essas transformações impulsionaram uma práxis reflexiva e uma compreensão transformadora do trabalho docente.

3. UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O saber histórico permite uma construção ampla do conhecimento, tendo como referência o passado e o presente, de forma que o indivíduo possa analisar a realidade, para que interfira de maneira consciente na sociedade atual, ou seja, a História oferece subsídios necessários para a formulação de noções de sociedade, com isso destacamos que a

disciplina de História deve ser compreendida como o estudo de experiências humanas, que têm como referência as noções de tempo e espaço anteriores, importantes para uma reconstrução de concepção social. Segundo Cabrini (2004, p.33- 34):

Uma vez que a história estuda as transformações sociais, seu objeto de estudo é sempre uma determinada sociedade, em determinado momento, sempre pensada como um todo, embora nem sempre analisada in totum. Esta é sempre pensada em suas transformações permanentes, ou seja, em processo. É importante que se tente reconstruir sua razão de ser a partir de sua própria natureza, fazendo emergir toda a trama de relações sociais que o constitui. Não se deve inventar artificialmente uma problemática criada pelo pesquisador, mas tentar levantar a problemática que foi vivenciada por aqueles determinados sujeitos históricos que estamos examinando. É essa noção de totalidade que nos parece significativa e com a qual sugerimos que se trabalhe; estamos profundamente marcados por tudo o que está contido. Levantar a problemática vivenciada pelos diferentes sujeitos significa dar-lhes voz, confrontar suas propostas, fazer emergir suas contradições.

O ensino deve promover e desenvolver significativamente a capacidade de compreender a relação existente entre História e sociedade, pois dessa forma o aluno é capaz de refletir acerca das relações sociais existentes em seu contexto. Segundo TÁVORA (2001, p.23): O cotidiano, os desafios sociais do presente, a reflexão sistemática sobre o passado, o confronto engajado da memória com os temas emergentes da atualidade fazem parte da conscientização do processo histórico.

Com base em estudo realizado em uma escola pública de Parnaíba, para observar algumas questões já apontadas anteriormente, percebemos que os procedimentos utilizados no ensino de história apresentam incapacidades para uma formação humana integral de um sujeito emancipado. Para GADOTTI: “A educação é uma prática antropológica por natureza, portanto ético-política. Por essa razão, pode torna-se uma prática libertadora” (2003, p. 114).

Durante esse estudo no espaço da sala de aula, um dos aspectos observados foi o método utilizado no processo de ensino-aprendizagem, pois o mesmo é fundamental ao decorrer desse trajeto, ou seja, ele é a via para se alcançar os objetivos esperados. Segundo Libâneo (1994, p. 150):

O conceito mais simples de “método” é o caminho para atingir um objetivo. Na vida cotidiana estamos sempre perseguindo objetivos. Mas estes não se realizam por si mesmo, sendo necessária a nossa atuação, ou seja, a organização de uma sequência de ações para atingi-los. Os métodos são assim, meios adequados para realizar objetivos.

O que foi identificado é que não há definição de método, isto ficou bem evidente em suas ações diárias no âmbito da sala de aula, pois não conseguimos identificar os objetivos desse ensino, sendo os procedimentos utilizados apenas a memorização e repetição de conceitos prontos, acabados e sequenciados na ordem do livro didático adotado. Segundo Ronca; Terzi (1991, p.34):

O aluno que mecanicamente domine conteúdos equivale comparativamente a um jogador de futebol que entra em campo muito bem uniformizado para jogar, mas indeciso e inseguro, não sabe o que fazer com a bola. Aparentemente pode até ter domínio sobre ela. Há, todavia, diferenças significativas entre dominar a bola e construir o jogo, entre fazer um gol esporádico ou jogar para o time.

Nessa perspectiva o ensinar História resume-se apenas em transmitir os conteúdos do livro e o aprender é apenas repetir as lições repassadas, uma postura que não se define como tradicional, mas que claramente apresenta uma prática que não propicia situações pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades intelectuais de maneira ativa pelos alunos. Segundo Freire (1996, p. 25):

Necessário é que, subordinado, embora, à prática “bancária”, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos — a de se trem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes. Isto não significa, porém, que nos seja indiferente ser um educador “bancário” ou um educador “problematizador.

Os conteúdos e os recursos utilizados nesta disciplina não são capazes de formar alunos críticos através do seu processo de ensino, pois não possui um caráter educativo relacionado com a realidade dos mesmos, sem haver uma formação da personalidade reflexiva dos alunos e a capacidade de observar seu contexto de maneira crítica, onde os educando não se definem como sendo sujeitos históricos e agentes de construção do conhecimento histórico. Segundo Gadotti: “... o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz.” (2003, p.125).

Pensando neste sentido é necessário que a escola defina o seu projeto político-pedagógico propondo uma ação educativa coletiva, interdisciplinar e multidisciplinar,

buscando de forma permanente, a transformação da realidade, a melhoria da qualidade do ensino e a preparação de um homem crítico e responsável pelos seus atos. A escola precisa educar para a cidadania. Nesta perspectiva o ensino de história tem muito para contribuir.

O professor de História é um profissional que deve buscar o enriquecimento de sua base teórica e metodológica para orientar um processo de ensino-aprendizagem significativo. O conteúdo não pode ser dado pronto e acabado e inflexível como observamos que acontece na escola pesquisada. Ao contrário deve ser organizado criticamente pelo aluno, sob a orientação do professor. É evidente que a mudança vai ocorrer de forma gradativa. Torna-se fundamental que aconteçam atividades que tornem possível o desenvolvimento da criatividade e do raciocínio reflexivo - crítico que vão instrumentalizar o educando para compreensão do seu contexto histórico, cultural e social tornando-o apto para agir radicalmente em sua transformação.

Um dos caminhos a serem trilhados, para o Ensino de História seja reflexivo e transformador, é oportunizar ao aluno o contato com documentos de diferentes épocas, com textos produzidos por autores especializados, a leitura e interpretação de obras literárias, pinturas, gravuras, textos jornalísticos que tenham sintonia com os conteúdos enfocados. Já o livro didático deve ser utilizado como um instrumento auxiliar, ficando bem claro que é necessário o apoio de bibliografia especializada. De acordo com DEMO (1999 p. 34): O professor deve orientar o aluno permanentemente, para expressar-se de maneira fundamentada, exercitar o questionamento sempre, exercitar a formulação própria, reconstruir autores e teorias, cotidianizar a pesquisa.

Consideramos a avaliação como sendo a maneira de o professor compreender o processo de ensino e aprendizagem, mas a mesma é utilizada apenas para avaliar os resultados, em que essa atividade resume-se à realização de provas e atribuição de notas, essa prática avaliativa é um processo que pouco se modificou, pois ainda é priorizado a memorização e repetição sistemática dos conteúdos da matéria, onde a avaliação tem apenas a função de classificar e selecionar os alunos que absorveram os conteúdos abordados, funcionando também como um instrumento disciplinador. De acordo com Perrenoud: (1999, p. 9):

A avaliação não é uma tortura medieval. É uma invenção mais tardia, nascida com os colégios por volta do século XVII e tornada indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com escolaridade obrigatória. Algum dia terá havido, na história da

escola, consenso sobre a maneira de avaliar ou sobre os níveis de exigência.

Com isso o Ensino de História não está utilizando elementos necessários à formação de um sujeito consciente e transformador, capaz de atuar na sociedade atual, pois o processo educativo não está partindo de uma reflexão da práxis docente, pois a principal estratégia de ensino não deve ser a quantidade de informação apresentada ao aluno, mas a qualidade dessas informações à aplicação em seu cotidiano, ou seja, a educação deve ser compreendida como instrumento de conscientização e transformação social, onde o ensino de História deve apresentar o homem como sujeito ativo da história e a mesma como possibilidade de mudanças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui apresentadas mostram que o foco principal deve ser a aprendizagem significativa, ou seja, o aluno deve ser o sujeito da História, deve se reconhecer como um agente histórico, como aquele que constrói sua própria história no contexto social que está inserido. O aluno deve apropriar-se da História com a finalidade de construir sua identidade cultural, pois somos seres históricos capazes de mudar nossas ações e pensamentos com relação ao tempo, a partir de experiências individuais e coletivas. Aranha (2006, p. 19) apresenta a seguinte formulação:

Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos. Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e futuro desejado.

Cabe ao professor comprometido com o ensino, apontar aos estudantes novos caminhos que visem criar no educando o interesse pelo conhecimento e compreensão da História como um processo, ou seja, o professor como mediador do conhecimento utilizando práticas de ensino intencionais e sistemáticas com o intuito promover uma formação humana integral e libertadora.

É nesse quadro sombrio que se desenha a situação do Ensino de História em muitas escolas hoje. Daí a necessidade de debatermos o papel dessas ciências dentro do currículo escolar e principalmente sua importância na vida dos estudantes. Entendemos que

as ciências humanas têm um trunfo importante no sentido de poder oferecer uma educação de caráter mais humano integrada com a vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006, 3. Ed..

CABRINI, Conceição et al. **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender; Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação**. In.: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria Nazaret (orgs.). **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2003.p.107-125.

JUNQUEIRA. S.R., RODRIGUES. E.M., RAU. D.T. **História, Geografia e Ensino Religioso: Uma proposta Integrada**. In: **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.7.n.20 p. 143-165, Jan/Abr, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: 23 ed. Coleção Educar. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MANOEL, I. A. **O ensino da História no Brasil: origem, evolução e problemas**. In: José Ribeiro Junior. (Org.). **História no Vestibular da Unesp**. 1 ed. São Paulo: Fundação Vunesp, 2002, v. 1, p. 41-72.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do educador: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 Ed. Revista e Aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia --volume 5--** , Brasília: MEC/SEF, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PULASKY, Mary Ann S. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

RIBEIRO, Luis Távora Furtado; MARQUES, Marcelo Santos. **Ensino de história e geografia**. –Fortaleza: Brasil Tropical, 2011.

RONCA Paulo Afonso Caruso; TERZI, Cleide do Amaral. **A prova operatória**. São Paulo: Edesplan, 1995.